

1. Por que segunda escravidão?

Robin Blackburn

Tradução de Angélica Freitas

Eric Hobsbawm conta que, ao final de uma palestra, um aluno se aproximou e perguntou: “Professor, posso entender, a partir da expressão Segunda Guerra Mundial, que houve uma Primeira Guerra Mundial?” A anedota ilustrava seu temor de que o conhecimento da História estivesse se tornando desesperadamente truncado e superficial. O centenário da Grande Guerra torna, hoje, tal pergunta pouco provável. Contudo, qualquer leitor poderia ser perdoado por perguntar se a expressão “segunda escravidão” implica a existência de uma “primeira escravidão” e, nesse caso, qual seria a diferença entre ambas.

O termo “segunda escravidão” tem sido adotado por historiadores dos regimes escravistas que floresceram nas Américas no século XIX, sobretudo no Sul dos Estados Unidos, no Brasil e em Cuba entre 1800 e 1860, e que encontraram sua ruína pouco tempo depois (1865-1888).¹ Tal termo evidencia o fato de que a escravidão nas Américas não se enfraqueceu e terminou no período pós-colonial. Outra maneira de colocar a questão seria afirmar que a industrialização e o advento da modernidade não representaram automaticamente o fim da escravidão, mas que, ao invés disso, a intensificaram e difundiram. O resultado foi uma nova escravidão americana, que reformulou e reorganizou a instituição.

A primeira escravidão, sob esse ponto de vista, ocorreu no Novo Mundo no período de 1520 a 1800. Estava vinculada aos sistemas coloniais de escravidão elaborados por Espanha, Portugal, Países Baixos, Grã-Bretanha e França, os quais foram finalmente abalados e finalizados por uma onda de insurreição e de abolição entre 1791 e 1848. Em alguns casos, o império foi derrotado, mas não a escravidão; em outros, a escravidão foi suprimida, mas não o império.

A primeira escravidão teve caráter colonial, com fundamentos legais e socioeconômicos derivados do Velho Mundo, principalmente do Mediterrâneo. Apesar de ter levado algum tempo, a primeira escravidão envolveu duas novas instituições: o tráfico oceânico de escravos e a *plantation* escravista americana. Houve um desenvolvimento de protótipos nas ilhas do Atlântico, depois imitados no Brasil e no Grande Caribe. As *plantations* de cana-de-açúcar em Barbados e as de tabaco na Virgínia converteram-se em grandes fornecedoras. Nunca antes na História houvera um império marítimo como esse, que comprava trabalhadores forçados em um continente para organizá-los e explorá-los em outro, com o objetivo de produzir artigos de consumo popular em um terceiro.

Os sistemas de escravidão que surgiram no Novo Mundo deviam muito ao exemplo da escravidão na Grécia Antiga e em Roma, tendo adotado características importantes da lei romana. Assim, no caso da escravidão, a condição do filho seguia aquela de sua mãe, enquanto outras identidades sociais seguiam a condição do pai. A escravidão romana se distinguia por uma forte noção de propriedade privada e de posse. O escravo era uma propriedade, e também o era na escravidão do Novo Mundo. O prestígio da Antiguidade e o fato de que os ensinamentos cristãos consideravam normal a escravidão deram legitimidade à instituição. Contudo, havia diferenças importantes.²

Na Antiguidade, a escravidão estava concentrada na metrópole. Já na primeira escravidão do Novo Mundo, os escravos se destinavam às colônias ultramarinas e havia poucos deles, ou mesmo nenhum, na metrópole. Os plantadores da segunda escravidão não aceitavam esse status de colônia, rejeitando-o, no caso dos Estados Unidos e do Brasil, e aspirando à autonomia ou à independência, no caso de Cuba.

Tanto a primeira quanto a segunda escravidão nas Américas se tornaram muito mais profundamente comerciais do que aquela da Antiguidade. No mundo antigo, muitos dos escravos levados para Roma ou para trabalhar em latifúndios romanos haviam sido capturados por comandantes romanos. Os comerciantes europeus, ao longo de todo o período moderno, pagavam pelos escravos a mercadores e governantes africanos. Os plantadores do Novo Mundo compravam muitos outros insumos dos mercadores coloniais e desejavam vender artigos tropicais e subtropicais produzidos por escravos nos mercados europeus. Na época colonial, a “primeira escravidão” foi organizada em monopólios mercantis, de tal maneira que os colonos ingleses, franceses e portugueses se viam obrigados a vender seus produtos exclusivamente a transportadores nacionais. Muitos colonos europeus começavam a vida como imigrantes independentes que não aceitavam o controle colonial, mas logo se viam obrigados a aceitar a autoridade da metrópole, uma vez que as potências coloniais controlavam as rotas marítimas e os portos.

Esses sistemas coloniais eram beligerantes e competitivos, com um histórico tempestuoso de guerras e uma ressaca de concorrência comercial. Comparada à da Antiguidade, a escravidão das Américas era menos diversificada, mais concentrada no trabalho braçal, e mais racial, apertando seus grilhões em torno de negros africanos e de afrodescendentes. A primeira escravidão se desenvolveu em um mundo feudal tardio, pré-moderno, quando o capitalismo ainda estava em sua infância. A segunda estava envolvida de forma intrincada num processo de industrialização de larga escala e de “acumulação primitiva” prolongada. A difusão das relações sociais capitalistas nos séculos XVI e XVII pôs dinheiro em novas mãos e incentivou formas de existência cada vez mais dependentes do mercado. Muitas pessoas já começavam a esperar que suas necessidades básicas fossem atendidas pelo dinheiro que ganhavam, e não pelo que produziam.

A primeira escravidão nas Américas foi extraordinariamente bem-sucedida, porém muito desequilibrada e, em última instância, autodestrutiva. Nas colônias mais prósperas, havia dez vezes mais escravos que pessoas livres. Por volta de 1770, os produtos escravistas domina-

vam o comércio no Atlântico e haviam criado grandes fortunas em Bordeaux, Liverpool, Londres, Nova York, Boston e Nantes. Instituições financeiras fizeram amplo uso das “cartas de crédito” descontadas dos fornecedores das *plantations*. Os sistemas escravistas coloniais eram assolados por conflitos e instabilidade, pois os produtores, comerciantes e funcionários coloniais brigavam pela divisão dos despojos, e diversas potências coloniais disputavam o controle tanto dos territórios quanto das rotas fluviais e marítimas. A especulação financeira e a crise geraram insegurança. Colônias como a francesa São Domingos e a britânica Jamaica, em que o número de pessoas de cor livres veio a superar o de brancos, mostraram-se especialmente vulneráveis. No século e meio antes do conflito de 1776 pelo território americano, a produção escravista alimentou os conflitos imperiais. A eclosão da Guerra da Independência Americana (1776-1783) desafiou o poder imperial, estimulou o livre-comércio e injetou um apelo ideológico numa luta que já não era simplesmente pelo território e pelo fortalecimento dos Estados dinásticos. Essa tendência foi acentuada com a Revolução Francesa, as guerras Anglo-Francesas (1792-1815), a Revolução Haitiana (1791-1804) e as guerras pela independência na América Latina (1810-1824). Os grandes comandantes e estadistas tinham agora que lidar com desafios como revoltas de escravos, movimentos abolicionistas e projetos de emancipação.

Há mais a dizer sobre a ascensão e a queda da primeira escravidão, tópicos que abordei em outros trabalhos (*The Making of New World Slavery, 1492-1800* e *The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848*). Aqui meu foco está na pergunta “Por que segunda escravidão?” como prelúdio para abordar seu modo de funcionamento e os motivos para a sua derrota.

A segunda escravidão do Novo Mundo data de aproximadamente 1790, atingiu seu auge na metade do século e tinha sido completamente suprimida em 1888, quando o Brasil promulgou a última emancipação. Mesmo os historiadores que não utilizam o conceito assinalam que o aumento da escravidão das *plantations* nos Estados Unidos, em Cuba e no Brasil, no período de 1820 a 1860, representa um fenômeno de agre-

gação significativo e exibe certas características importantes em comum nos diferentes países, além de contrastes interessantes.³

A segunda escravidão representava um regime escravista mais autônomo, mais duradouro e, em termos de mercado, mais “produtivo”, capaz de suportar a ofensiva da Era das Revoluções e de atender à crescente demanda pelos produtos das *plantations*. A escravidão colonial estava vinculada desde o princípio à expansão dos mercados, associada à ascensão do capitalismo no noroeste da Europa. Nas primeiras décadas do século XIX, a Revolução Industrial ampliava enormemente a demanda e fornecia insumos essenciais às *plantations* e ao comércio dos seus produtos. A segunda escravidão foi em grande parte “pós-colonial”, e senhores de escravos gozavam de uma relação mais direta com o poder. Essa nova escravidão americana floresceu ao mesmo tempo que o mercantilismo era desmantelado e a Era a Vapor revolucionava transportes e processamento.

Algumas críticas à escravidão colonial alegavam que sua prática só era comercialmente viável graças à proteção mercantilista. O historiador e líder nacional trinitário Eric Williams defendeu essa ideia em seu influente livro *Capitalism and Slavery*, lançado em 1944. Contudo, o foco dessa alegação era muito limitado. Os senhores de escravos britânicos das Índias Ocidentais prosperaram graças às taxas aplicadas sobre o açúcar de outras partes, que lhes davam acesso privilegiado ao mercado britânico. O desmantelamento do mercantilismo na sequência da Revolução Americana e de outras revoluções atlânticas levou alguns escravistas à ruína, porém ofereceu incentivo e mercados crescentes a muitos outros. Os senhores britânicos e franceses, que haviam sido os mais ricos do hemisfério, viram-se rebaixados e marginalizados. Mas quando as restrições ao comércio foram retiradas, os plantadores de algodão nos Estados Unidos, de cana-de-açúcar em Cuba, e de café no Brasil prosperaram.

A segunda escravidão não deve ser separada de forma tão drástica da primeira escravidão em virtude da permanência de grandes temas. Enquanto algumas características da primeira escravidão (colonial) já haviam esgotado sua utilidade ou tinham se mostrado perigosas, mui-

tas das características essenciais da escravidão nas *plantations* se conservaram e foram adaptadas a novas condições e tecnologias. Neste momento mencionarei brevemente tais processos, já que a tarefa principal é explicá-los. Entretanto, alguns pontos preliminares indicarão um rumo a ser seguido e um conjunto de problemas que precisa de esclarecimento.

Aqueles que propuseram o conceito de segunda escravidão veem-na como uma mutação da primeira. Os dois tipos relegavam um subgrupo de cativos, definido conforme critérios raciais, ao trabalho forçado para a produção dos produtos primários mais valiosos. Ambas organizavam os escravos em turmas, sob comando unificado ou em um sistema de tarefas. A força de trabalho da *plantation* era valorizada como uma *commodity*. Em ambos os regimes, os escravos eram bens que podiam ser comprados e vendidos sem levar em consideração laços familiares. Ainda assim, ambos eram dependentes da chamada “economia natural”. Ambos incentivavam os escravos a suprir sua própria necessidade de comida com o plantio de milho, a criação de galinhas e o cultivo de hortas em suas escassas horas de “tempo livre”. A precária família ou comunidade escrava tentava assegurar o direito à posse de animais domésticos, de roças ou de cemitérios, e os feitores podiam, às vezes, conceder esses direitos. Os donos de escravos, como grupo, se reservavam o direito de vendê-los sempre que fosse necessário ou conveniente. A chamada economia natural era portanto um espaço de luta de classes, mas um espaço no qual, em tempos “normais”, tudo favorecia a classe dos senhores, devido ao seu acesso aos recursos e ao controle das forças organizadas. Os plantadores também podiam utilizar escravos em obras ou tarefas que exigissem grande habilidade a baixo ou nenhum custo adicional. Evidentemente, todos esses aspectos dos regimes escravistas não eram características desprovidas de importância e sugerem forte continuidade.

Mas a segunda escravidão certamente apresentava características originais. Era uma espécie de escravidão descolonizada, que reivindicava soberania e aspirava à autonomia. Os senhores de escravos tiveram papel de protagonismo nas lutas de independência na América do Nor-

te, principalmente se reconhecemos que essa luta teve caráter prolongado e não acabou totalmente em 1783, 1787 ou em 1815, mas continuava buscando novas fronteiras e conteúdos na década de 1820 e posteriormente. O Império do Brasil foi declarado formalmente em 1822, porém houve uma experiência anterior de autonomia em relação a Portugal e muitos esforços subsequentes para conquistar uma independência efetiva. Cuba nunca deixou de ser uma colônia espanhola, entretanto seus líderes reformaram o pacto colonial, manipularam a política da metrópole e defenderam os interesses independentes da “sacarocracia” – os senhores do açúcar.

A segunda escravidão supriu os mercados mais amplos alcançados pelo *free trade* e pelo *comercio libre*, pela industrialização e pela “revolução do mercado”. Com o fim do velho mercantilismo, não havia espaço para proibições à manufatura ou para monopólios, mas algumas tarifas permaneceram e o Estado controlou o mercado fundiário. A segunda escravidão precisava de um Estado que a apoiasse e incentivasse, mas não que a supervisionasse. Era fortemente centralizada em fazendas e em *plantations*, de caráter mais industrial. Em alguns aspectos, era mais moderna e mais produtiva, se levássemos em conta apenas a produção comercializada, porém certamente não era melhor, nem mais humana. A segunda escravidão estava ligada à aceleração do capitalismo industrial e conforme este se expandia o número de tarefas extenuantes a serem realizadas se multiplicava. Essa nova escravidão americana tinha caráter ainda mais intensamente racial do que seu antecessor colonial. Isso dizia respeito principalmente ao status das pessoas de cor livres. Nos últimos anos de escravidão colonial nas ilhas francesas e britânicas o número dessas pessoas aumentou e houve melhora em suas condições, mas isso não aconteceu sem conflitos. Com o advento de um regime de *plantation* mais rigoroso, com forte demanda por “braços” para a *plantation* e com o medo suscitado pela Era da Revolução, a manumissão foi dificultada e a condição das pessoas de cor livres piorou. Os principais territórios da segunda escravidão apresentavam vantagens naturais para o cultivo das principais *commodities* – a cana-de-açúcar em Cuba, o algodão no Sul dos

Estados Unidos e o café no Brasil. Os sistemas de escravidão colonial não dispunham da terra necessária para expandir a produção. Os plantadores compensavam essa limitação com a introdução de fertilizantes, de novas variedades de colheita e de sistemas de irrigação (principalmente em São Domingos e na Guiana Britânica), contudo esses espaços não poderiam ser comparados, em tamanho, aos que seriam tomados pelos empresários da segunda escravidão. Estes obtiveram forte vantagem competitiva, mas sua expansão foi também resultado da invasão e conquista física e militar à custa de outros estados e dos povos indígenas. As *plantations* escravistas não impuseram a monocultura, porém o cultivo das principais *commodities* na época era sem dúvida imperativo e agressivo o suficiente para que lhes fossem conferidos títulos de realeza ou de nobreza: “King Cotton”, “Su Majestad el Azucar” e “Barões do Café”.

O fato de os senhores de escravos exercerem poder político no regime da segunda escravidão não significava que o monopolizassem. Cada um desses territórios fazia parte de uma entidade política maior, respectivamente parte da República Norte-Americana, parte do Império Brasileiro, e uma colônia formal da Espanha. Em todos os casos, tanto os plantadores quanto os comerciantes e banqueiros a eles vinculados tinham acesso privilegiado ao poder, mas também precisavam de aliados sociais e políticos dentro e fora da zona da *plantation*.

O acontecimento fundador da segunda escravidão foi a Revolução Americana, porém várias décadas se passaram até que o crescimento das *plantations* se estabilizasse nos principais territórios novos. Numa onda de sublevações de 1776 a 1825, os senhores de escravos do Novo Mundo e os comerciantes a eles vinculados foram muitas vezes protagonistas cruciais, como revolucionários ou contrarrevolucionários. Seu feito era difícil: acompanhar a maré da mudança sem ser inundados.

Por muitos motivos, os proprietários escravistas do Sul dos Estados Unidos tiveram um papel crucial na ascensão da segunda escravidão e também na sua queda. Por volta de 1800, havia mais escravos no Brasil do que nos Estados Unidos, mas a colônia portuguesa foi sufocada por um sistema mercantilista peculiarmente complexo. Em 1820, havia 1,5

milhão de escravos nos Estados Unidos, 1,1 milhão no Brasil e provavelmente 350 mil em Cuba. Já em 1860 eram 4 milhões os escravos no Sul dos Estados Unidos, 1 milhão no Brasil e 400 mil em Cuba. Os plantadores norte-americanos puderam contar com o crescimento contínuo da população escrava, enquanto os cubanos e brasileiros lutavam para expandir o contingente de cativos, recorrendo ao tráfico negreiro. Nesse ano, havia aproximadamente 40 mil senhores de escravos no Sul dos Estados Unidos, cerca de 10 mil no Brasil e 2 mil em Cuba. As estimativas são aproximadas e não dão conta dos diferentes papéis e caráter dos proprietários de escravos nessas três sociedades. Embora tais números indiquem o poder diferencial da classe senhorial nas três áreas, a discrepância era ainda maior do que sugerem devido à respectiva maturidade de seus sistemas de *plantation* e seu grau de integração econômica. Assim, o Sul dos Estados Unidos contava com aproximadamente 24 mil quilômetros de estradas de ferro em 1860, Cuba tinha em média 1.300 quilômetros, e o Brasil, mil quilômetros. A população “branca” do Sul dos Estados Unidos em 1860 era de aproximadamente 7 milhões, com muitos pequenos proprietários de escravos que aspiravam a se tornar plantadores. Em Cuba, a população branca compreendia quase a metade do total, enquanto no Brasil os brancos representavam apenas um quarto do total e eram em menor número que as pessoas de cor livres.

Tanto no sistema de escravidão colonial quanto no pós-colonial a *plantation* era, em muitos aspectos, uma ilha: distante de tudo e isolada socialmente. Os escravos eram proibidos de deixar a propriedade a menos que tivessem autorização assinada pelo feitor. Eram formalmente impedidos de aprender a ler ou a escrever. Tais regras nem sempre eram aplicadas, porém sua existência dizia muito sobre o sistema. O índice de alfabetização dos brancos no Sul dos Estados Unidos era significativamente mais baixo que o dos brancos do Norte, mas ainda representava aproximadamente dois terços do total. O grau de instrução em Cuba e no Brasil ficava muito atrás daquele apresentado pelo Sul dos Estados Unidos.

Refazendo a escravidão no Novo Mundo

No começo do século XIX, os perigos e as desvantagens da posse de escravos tinham se tornado bastante óbvios. Muitos escravos odiavam os seus senhores mesmo quando pareciam amá-los. Roubavam de seus donos e contra eles conspiravam. Dada a oportunidade, fugiam ou juntavam-se a uma rebelião. É claro que havia senhores paternalistas e escravos agradecidos, contudo a ambivalência era grande mesmo nessas circunstâncias. Os senhores das Américas eram frequentemente protagonistas da Era das Revoluções e sabiam que o fim do domínio colonial transformava suas perspectivas de expansão comercial e territorial, e também que isso os obrigava a se responsabilizar integralmente pela manutenção de seus escravos em submissão, apesar das novas oportunidades de resistência e fuga. É provável que o número de escravos que escaparam graças à Guerra dos Sete Anos (1756-1763) não tenha passado de no máximo algumas centenas. O monarca espanhol concedia liberdade aos escravos fugidos que pertencessem aos britânicos, porém a viagem até Saint Augustine, na Flórida, era longa e perigosa. Em contraposição, de 30 a 40 mil escravos pelo menos escaparam ou ganharam manumissão no decurso da Guerra da Independência. A grande maioria procurou as fileiras britânicas, enquanto aproximadamente um décimo do total se juntou às forças rebeldes, servindo principalmente como soldados substitutos na milícia dos estados do Norte.

O desafio à escravidão era político ou filosófico e não simplesmente uma consequência do temor pela segurança intensificado nos tempos de guerra. A ameaça ideológica surgiu na década de 1760 com os primeiros escritos e contestações judiciais contra a escravidão.

No mundo atlântico, assolado pela revolução, o questionamento da escravidão foi a princípio ofuscado pela grande questão da soberania popular, de âmbito e consequências próprios. Nem a Declaração da Independência Americana, nem a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão francesa, nem a Constituição Americana e o Bill of Rights se dirigiam à situação dos quase três milhões de pessoas escravizadas

nas Américas. Entretanto, a Assembleia da Pensilvânia aprovou uma lei moderada de emancipação em 1780, após debate público, e em 1787 a Sociedade Britânica pela Abolição do Tráfico de Escravos no Atlântico havia começado a mobilizar a opinião pública em grande escala, com petições em massa, reuniões com grande participação e uma enxurrada de panfletos e artigos nos jornais. O primeiro movimento abolicionista atraiu o apoio de parlamentares, mas perdeu impulso em 1792, devido ao pânico antijacobino. O terror revolucionário na França e a grande insurreição de escravos em São Domingos, a colônia mais rica do Novo Mundo, convenceram os parlamentares abolicionistas de que ainda não era tempo de insistir em seu caso. Os radicais ingleses tinham que lutar pela própria sobrevivência ao se tornarem alvo das multidões do Crown and Anchor (nome da taberna que frequentavam). As *Reflections* de Edmund Burke atacavam a Revolução Francesa pela promoção da selvageria servil e de um canibalismo real.

Os senhores de escravos do século XIX promoveram novos preceitos políticos, negociaram novas alianças sociais e herdaram, adaptaram e reconfiguraram um contrato racial que atrairia o apoio de importantes grupos de pessoas livres, não escravistas, dessas sociedades. Doutrinas relacionadas à raça, à propriedade e aos interesses nacionais foram defendidas para justificar a posse de escravos e conter os desafios abolicionistas. Da mesma forma que os anteriores, os novos conceitos e estereótipos raciais retratavam os afrodescendentes como necessitados de coerção física e de duras restrições, e os indígenas como dignos apenas de desprezo. Apresentar o recurso à escravidão em massa como o destino de uma nova nação era uma proposta difícil e muito diferente da tentativa de justificar a escravidão numa colônia distante. Isso fez que algumas pessoas questionassem a exclusão de classe entre brancos, o que levou ao surgimento da república da democracia racial do homem branco.⁴ A posse de escravos estimulava e, ao mesmo tempo, distorcia a visão dos senhores sobre o que seria uma boa sociedade e o futuro da nação. Nos Estados Unidos, isso acabou levando à celebração de uma civilização do homem branco, abertamente apoiada numa subclasse de trabalhadores negros.

Os senhores de escravos cubanos e brasileiros recuaram do republicanismo e foram cautelosamente em direção a uma maior autonomia, mas muitos começaram a se considerar liberais, termo aplicado pela primeira vez à política na época de Cortes de Cádiz, em 1810. Alguns desses liberais eram donos de escravos, e quase todos atuavam numa ordem política que defendia a escravidão. Como os Whigs norte-americanos, aceitavam alguma medida de exclusão racial mas se sentiam incomodados com a existência da escravidão e da democracia ao mesmo tempo. Esses homens trabalhavam por uma “civilização” e um “embranquecimento” da base da população, por uma redução na dependência de escravos e pela negação de direitos políticos ativos àqueles que não tivessem propriedades. As visões de mundo do senador americano Henry Clay, do estadista brasileiro José Bonifácio, do historiador britânico Thomas Babington Macaulay, do historiador francês Alexis de Tocqueville e do historiador cubano José Antonio Saco não eram idênticas porém tinham muito em comum, incluindo o respeito por uma suposta missão civilizatória europeia ou norte-americana, a aceitação da economia política atlântica e a rejeição a ideias radicais contra a escravidão. Enquanto os racistas radicais abraçavam a segunda escravidão sem restrições, para os liberais, seu dinamismo era perturbador.

Embora a escravidão fosse sem dúvida uma instituição tradicional, a segunda escravidão, ou a nova escravidão americana representava uma inovação, um novo começo, com novos amigos e inimigos, um novo contexto socioeconômico e novas tecnologias. Os principais centros de crescimento no período 1800-1830 eram regiões que antes não tiveram envolvimento direto no desenvolvimento das *plantations*. O vale do Mississippi, nos Estados Unidos, o interior de Matanzas, em Cuba, ou o vale do rio Paraíba do Sul, no Brasil, ofereciam vastos espaços novos para a agricultura de *plantation*, porém exigiam a introdução de dezenas de milhares de trabalhadores para desmatar a floresta, construir estradas e cultivar os produtos primários. Os povos indígenas foram considerados inadequados, mas, de qualquer forma, se recusavam a ser recrutados para essas tarefas. Uma série de plantadores estadistas – principalmente os de persuasão liberal – pressionavam pela introdução de imigrantes

européus livres, contudo, a experiência mostraria mais tarde que um projeto desse tipo necessitaria de iniciativa estatal e de muito dinheiro. Os plantadores das Américas não confiavam no Estado e eram alérgicos às tributações. Por fim, na metade da década de 1880, o estado de São Paulo, no Brasil, recrutou centenas de milhares de imigrantes italianos para trabalhar nas fazendas de café. Os fazendeiros precisavam dar um novo status aos trabalhadores e esvaziar ainda mais os bolsos para pagar pelo reassentamento em massa. A experiência deu certo, embora os fazendeiros ainda se ressentissem quando a abolição chegou, em 1888.

No início do século XIX, os senhores das Américas achavam mais fácil comprar escravos e mandá-los para as novas regiões. Embora fossem inovadores em muitos aspectos, escolhiam não inovar na contratação de mão de obra. Em vez disso, adotavam e adaptavam o sistema escravista herdado da era colonial. Como as demandas das *plantations* naquele regime eram cada vez mais persistentes, a própria condição escrava recebia muito mais atenção e era mais intensamente racializada.

À diferença dos proprietários com frequência absenteístas do Caribe inglês e francês, grande parte dos senhores de escravos do Brasil, de Cuba e do Sul dos Estados Unidos residia em suas fazendas ou em cidades vizinhas. Moravam perto de seus escravos e podiam se responsabilizar pessoalmente por suas propriedades. Sua influência política era considerável. Não formavam apenas um lobby; eram parte integrante da ordem dominante. Nas menores ilhas do Caribe os escravos representavam de 80 a 90% da população, o que tornava essas colônias particularmente vulneráveis a distúrbios. No Sul dos Estados Unidos, em Cuba e no Brasil, os escravos eram geralmente superados em número pelas pessoas livres, que nunca representavam menos de 44% do total. Em Cuba e no Brasil havia um número cada vez maior de pessoas de cor livres, mas poucas se identificavam com aquelas que ainda estavam escravizadas, e algumas até mesmo possuíam escravos. Grandes fortunas foram feitas nas colônias das ilhas caribenhas, mas a riqueza da *plantation* ainda era apenas uma fração do total da riqueza nacional – cerca de 5 a 6% –, o que reduzia a influência dos senhores e tornava mais fácil a sua compensação. O valor dos escravos era muito mais alto nos

Estados Unidos, no Brasil (onde representava metade da riqueza nacional) e também em Cuba.

O ciclo de guerras e revoluções testou a coragem dos proprietários de escravos ao mobilizar antigas e novas fontes de poder social. Os escravistas revolucionários dos Estados Unidos haviam tomado uma iniciativa corajosa num momento em que o movimento contra a escravidão mal aparecia no horizonte. Os *hacendados* de Cuba e os fazendeiros do Brasil foram muito mais cautelosos, porém de forma alguma passivos.

Os grandes proprietários de terra das Américas hispânicas do Sul e Central se mostraram bastante conservadores durante as lutas de libertação, foram lentos ao tomar uma atitude contra a Espanha e hostis a temas democráticos radicais. Mas nos últimos estágios da luta, e sob a influência de Simon Bolívar, Vicente Guerrero e outros líderes mais radicais, os Libertadores arregimentaram muitos soldados negros e ultrapassaram as proibições ao comércio de escravos para apoiar as Leis do “Ventre Livre” (isto é, leis que libertavam os futuros filhos de mães escravas). Em algumas das novas repúblicas, a escravidão foi abolida em definitivo na década de 1820 (no Chile e no México), enquanto, em outras, durou até a década de 1850. Essas medidas foram muito irregulares e pouco fizeram pela igualdade racial, apesar da excepcional contribuição dos negros à derrota da Espanha. Contudo, conseguiram impedir o crescimento de um sistema escravista nas novas repúblicas.⁵ Nesse sentido, podem ser comparadas às medidas que acabaram por desacelerar a escravidão no Norte dos Estados Unidos, principalmente em estados como Nova York (1799) e Nova Jersey (1804), onde as leis do Ventre Livre extinguiram progressivamente uma escravidão que fora uma presença importante. Alguns senhores sulistas ansiavam por uma solução desse tipo, mas ficaram cada vez mais isolados. A imensa maioria dos plantadores se aferrava aos seus bens humanos, e a alegação de que seriam escravistas relutantes parecia cada vez mais esfarrapada.

Os proprietários de escravos do Sul dos Estados Unidos, do Brasil e de Cuba não foram demovidos pela amargura dos escravos ou por sua “ingratidão”, nem mesmo pelo desprezo de muitas pessoas livres de fora da zona escravista. Mesmo os senhores de espírito público que admitiam

que a presença de escravos comprometia a tarefa de construção da nação se aferravam à sua posse e se contentavam com gestos e medidas simbólicos que não chegavam a reduzir os números totais da escravidão. Uma Sociedade de Colonização Americana (US Colonization Society) foi criada em 1816 para estimular a manumissão e o reassentamento, mas, em sua farsa, nunca conseguiu enviar mais do que alguns milhares de ex-escravos para a África. Enquanto isso, a população escrava dos Estados Unidos, estimada em milhões, aumentou de forma constante apesar do fim das importações de escravos.

A persistência da escravidão

Por que os plantadores das novas regiões continuaram a ser ou se tornaram proprietários de escravos? No caso de alguns senhores da Costa Leste dos Estados Unidos, a inércia e o prazer de dominar seus servos e vizinhos sem dúvida tiveram o seu papel. Em décadas posteriores, uma última tentativa de apoio à escravidão racial transformou-se na defesa de um novo regime de supremacia branca, apreciado por brancos pobres e remediados, bem como por grandes proprietários escravistas. Porém, na construção da segunda escravidão, a principal motivação dos plantadores era ganhar dinheiro, já que assim poderiam pagar suas dívidas, aumentar o valor de suas propriedades e assegurar sua posição na classe dominante. Ganhar dinheiro exigia selecionar o produto certo, praticar um bom cultivo, obter uma disposição eficaz da força de trabalho e ser hábil ou ter sorte ao decidir o momento certo para vender. Financiadores e comerciantes ajudavam os plantadores, cobrando uma comissão.

Nos Estados Unidos, convencionou-se usar o termo *planter* para se referir àqueles que tinham mais de vinte escravos. Em Cuba, os senhores de engenhos possuíam muitos mais, e, no Brasil, os fazendeiros de café eram donos de um número menor. Mas em todas as três regiões a posse média era de seis escravos, número bastante reduzido porque muitos tinham somente um ou dois. Em cada uma dessas regiões o

homem jovem que tivesse um grupo de escravos – fosse composto de meia dúzia, fosse de vinte deles – aspiraria a se tornar um grande fazendeiro e veria essa posse como um trampolim para a riqueza e o prestígio. Era comum que aqueles que estavam no estágio inicial de novas *plantations* trouxessem para o projeto suas riquezas pessoais ou familiares, bem como suas conexões e um grupo de escravos. Ainda assim precisariam de crédito, já que qualquer *plantation* demoraria alguns anos para produzir a sua primeira colheita real. Nesse meio-tempo, havia muitas despesas a pagar (equipamento, provisões, materiais de construção, escravos adicionais etc.).

Era fundamental que houvesse comerciantes, proprietários de armazéns, credores e banqueiros dispostos a conceder crédito aos plantadores. Na verdade, a despesa para transformar novas terras em *plantations* era tão considerável que muitos casos não seriam bem-sucedidos a menos que tais apoiadores pudessem ser encontrados. A disposição e a capacidade dos apoiadores comerciais de conceder crédito eram, por sua vez, a expressão de sua ânsia por obter produtos primários valiosos e participar dos lucros das *plantations*.

Por um lado, a explosão da escravidão foi um reflexo da vontade do consumidor de gastar seu dinheiro ganho arduamente com os produtos das *plantations*. Por outro, representou o desejo do proprietário de escravos de fazer bom uso de seu patrimônio. Se assim desejasse, ele poderia subsistir por algum tempo como patriarca independente, vivendo da produção e vendendo alguns escravos de vez em quando. A maioria, porém, aspirava a mais do que isso. Escravos eram uma forma de capital; de fato, eram uma forma muito tangível e móvel de capital, o que levava a maioria dos proprietários a desejar obter um retorno de seus grupos, e as *plantations* eram a aposta mais promissora nessas circunstâncias. A lógica do capitalismo escravista incentivava o comportamento empresarial, mas também oferecia alguma tranquilidade. Como todo empreendimento agrícola, a *plantation* teria que lidar com mau tempo, doenças de plantas, pestes, oscilações nos preços e assim por diante. Entretanto, do ponto de vista do investidor ou do credor havia a ideia tranquilizadora de que, em caso de dificuldade, o valor da propriedade

rural e de seus escravos serviria como garantia explícita ou implícita. Às vezes os senhores aprovavam leis para proteger seu patrimônio de confiscos, mas precisavam de financiadores e não podiam desafiá-los por muito tempo.⁶ Contudo, havia desastres que não poderiam contar com a cobertura dos escravos como garantia: epidemias e rebeliões, que destruíam o valor do capital. A disponibilidade de cobertura poderia reduzir alguns desses riscos, oferecendo alguma resiliência ao empreendimento da *plantation* por um preço (e excluindo a revolta de escravos, um risco que os seguradores não aceitavam).

Essa análise da nova escravidão sugere uma conclusão interessante. As elites mercantis e financeiras de Londres e Paris, de Nova York e Boston, de Nova Orleans e do Rio de Janeiro, de Madri e Havana têm uma responsabilidade específica pelo aumento da escravidão. Esses grupos poderiam ter oferecido crédito apenas a pequenos agricultores que quisessem cultivar as próprias terras, os quais poderiam ter empregado trabalho familiar para cultivar algodão, café e açúcar. Poderiam ter continuado a apoiar a provisão de equipamentos de processamento. Mas não fizeram nada disso porque fazendas sem escravos não eram uma boa perspectiva de crédito: tais propriedades careciam de garantias. Plantadores escravistas, por sua vez, tinham ativos líquidos à disposição.

A riqueza pessoal dos proprietários escravistas e o preço geralmente flutuante dos escravos fazem estranhar que houvesse qualquer dúvida quanto à rentabilidade da posse de escravos. A explicação para isso, sem dúvida, é que os plantadores se viram numa competição feroz uns contra os outros, alguns em setores em declínio ou trabalhando em terras já exauridas ou marginais. A grande maioria dos plantadores precisava de dinheiro emprestado para preparar a colheita e para oferecer parte da futura safra como garantia. Esses acordos ainda permitiam que os escravistas prosperassem em períodos normais, mas os menos exitosos viram-se cada vez mais afundados em dívidas e podiam ser forçados a vender alguns de seus escravos.

A possibilidade de que as *plantations* escravistas nas Américas fossem – e geralmente eram – rentáveis não é mais questionada. Porém notamos aqui o aparente paradoxo das *plantations* rentáveis e de pro-

prietários endividados. Os beneficiários da labuta dos escravos poderiam ser, e na maioria das vezes de fato eram, aqueles que forneciam crédito ao plantador. Havia também os altos e baixos das colheitas em regiões concorrentes. Muitas décadas se passaram até que fosse evidente que as condições cubanas eram mais favoráveis à cana-de-açúcar, e, as brasileiras, ao café. Nesse ínterim, houve perdedores e ganhadores na classe dos plantadores, com o fechamento de fazendas de café cubanas e a venda de seus escravos ao setor açucareiro, enquanto no Brasil os produtores de açúcar se viram por fim obrigados a ceder passagem ao avanço mais rápido do café, muitas vezes tendo que vender seus escravos a concorrentes que produziam café. Será necessário examinar, a seguir, esses caminhos contrastantes de forma mais detalhada. Contudo, a conclusão geral é de que as fazendas escravistas de algodão, cana-de-açúcar e café eram rentáveis e de que aqueles que possuíam escravos eram levados a vendê-los aos plantadores que tivessem a melhor perspectiva de colher esses lucros.⁷

O crescimento da *plantation* exigia grandes quantidades de mão de obra organizada, que os escravos podiam fornecer. Exigia também a vigilância das equipes de trabalho enquanto colhiam café e algodão ou abriam caminho pelos canaviais que amadureciam. O plantio de algodão exige solo bem irrigado, mas a época de colheita deve ser seca. É preciso que haja pelo menos duzentos dias sem geada durante o ano, de preferência mais, e uma temperatura média de cerca de 25°C nos meses do meio do ano.⁸ O cinturão do algodão do Sul dos Estados Unidos reunia essas qualidades e, dadas as condições sociopolíticas adequadas, era natural que dominasse a produção mundial do produto. Produtores do Novo Mundo também tinham uma vantagem sobre seus concorrentes, sobretudo da Índia e da Indonésia, porque estavam mais perto dos mercados europeus e norte-americanos. Embora a cana-de-açúcar pudesse ser cultivada na Louisiana, que se tornou um dos maiores produtores, suprimindo mais de um terço do mercado americano, um inverno rigoroso poderia prejudicar a colheita nesse local. Cuba tinha nada menos que 365 dias sem geada por ano. A ilha também apresentava uma planície central extensa, o que facilitava tanto o cultivo quanto o trans-

porte em comparação com o Brasil, com suas torrentes rochosas e escarpas costeiras. Porém, uma vez que o transporte ferroviário tornou-se disponível no Brasil, os morros já não representavam um problema para os plantadores de café. Isso permitiu que as turmas de escravos fossem facilmente monitoradas.

Os proprietários de escravos tinham os principais recursos necessários para explorar o terreno e o clima favoráveis do Sul dos Estados Unidos, de Cuba e do Brasil. Tinham a força de trabalho e o crédito necessários para incorporar novas terras à produção. O emprego de escravos permitiu, assim, que os proprietários obtivessem “vantagens naturais”. Nos séculos XVII e XVIII, pequenas ilhas e enclaves costeiros ofereceram boas perspectivas aos regimes mercantilistas coloniais. Entretanto, a revolução nos transportes trazida pelos navios a vapor, canais e estradas de ferro abria enormes possibilidades uma vez que a terra fosse obtida, preparada e defendida de outros requerentes. A opção pela mão de obra escrava fornecia uma solução altamente eficaz, pelo menos em curto prazo.

Após a escravidão, cada uma das regiões-chave da segunda escravidão continuou na liderança global utilizando uma mistura de trabalho imigrante e sazonal, meação, pequena produção e mão de obra familiar. Salários modestos foram pagos, e houve a cobertura de algumas despesas. Mas ao abrir as novas terras e nelas trabalhar, a mão de obra escrava proporcionou ganhos muito altos aos plantadores, uma vez que lhes permitiu se apropriar de uma parte do excedente de um produto primário valioso. O ano de trabalho era mais longo nessas regiões que nas latitudes mais frias e isso pode ter ajudado os plantadores a arcar com os custos maiores da organização do trabalho escravo. Como foi observado anteriormente, os regimes coloniais dos séculos XVII e XVIII já haviam capturado os ganhos de um trabalho altamente coordenado, tanto em turmas quanto em variações do sistema de tarefas.⁹ Os plantadores da segunda escravidão conseguiram atingir um ritmo mais intenso. As narrativas escritas por escravos e ex-escravos deixam muito claro que a labuta incessante da plantação só era mantida devido à disciplina feroz e à coerção física.

Na linguagem da economia política contemporânea, a ascensão da Louisiana, do Vale do Mississippi, de Matanzas, do Vale do Paraíba e de São Paulo pode ser vista como um “ajuste espacial” concebido pelos plantadores e seus financiadores em Nova York, Liverpool, Londres e Paris. Derrotados nos canaviais do Caribe, eles flanquearam a resistência escrava ao abrir terras no interior e criar *plantations* em áreas onde estas ainda não haviam florescido. O transporte a vapor – por meio de navios e estradas de ferro – foi essencial nesse sentido.

A segunda escravidão foi definida pelo divisor de águas da “dupla revolução”: a Era das Revoluções, por um lado, e as Revoluções Industriais, por outro.¹⁰ Acontecimentos políticos revolucionários tiveram o poder de condenar algumas formas sociais ao mesmo tempo que promoveram outras. A segunda escravidão demonstrou a habilidade dessa instituição em se transformar e desenvolver novas formas, assegurando sua sobrevivência e aproveitando outras oportunidades comerciais que, no calor de acontecimentos revolucionários, poderiam tê-la consumido totalmente. Em termos gerais, essa evolução foi testemunha do início da globalização e dos impulsos contraditórios que esta suscitou.

Globalização e escravidão

A escravidão no Novo Mundo e os tipos de comércio a que deu origem surgiram como uma consequência e um componente da “primeira globalização”, fase da história humana inaugurada pelas explorações marítimas, comerciais e coloniais de Portugal e Espanha no final do século XV e no início do século XVI. Esse período envolveu intercâmbios verdadeiramente globais, com metais preciosos extraídos nas minas das Américas (ouro e prata) que eram trocados por artigos de luxo de procedência oriental (especiarias, seda e porcelana), transportados a bordo de navios europeus. Os monarcas ibéricos mantiveram seu controle ao estabelecer um sistema de comboios, bem como uma série de fortalezas marítimas e armazéns costeiros (as feitorias). Os

metais preciosos impulsionaram o poderio militar espanhol e cobriram os custos de administração e defesa de seu vasto império ultramarino. Do ponto de vista da Europa como um todo, a entrada de dinheiro em espécie permitiu que os reinos cristãos pagassem pelas importações vindas do Oriente. A Europa do fim da Era Medieval e do início da Era Moderna oferecia poucos produtos que pudessem interessar aos consumidores asiáticos, mas a prata e o ouro americanos forneciam um pagamento aceitável e dessa forma financiaram o comércio de especiarias e artigos de luxo do Oriente.

No entanto, as transações comerciais de Portugal com o Oriente ocupavam apenas dois ou três galeões por ano no fim do século XVI, enquanto as transações comerciais espanholas entre o México e as Filipinas, no Pacífico, eram transportadas em uma única grande embarcação. A frota espanhola que navegava entre a Península e o Caribe era geralmente formada por algumas dúzias de navios, mas levava produtos europeus para as Américas e, além da prata, transportava poucos produtos americanos na viagem de volta à Europa. Essa globalização inicial, ou “globalização arcaica”, pouco ou nada fez para alterar padrões populares de consumo na Europa e criou apenas alguns enclaves diminutos no Oriente.

A conquista espanhola do Novo Mundo teve um impacto devastador para os povos indígenas, causando a morte de dezenas de milhões de indivíduos por doenças desconhecidas, a desintegração de suas comunidades e a sobrecarga sistemática de trabalho. Bartolomé de las Casas, o homem cujos escritos alertaram a Europa inteira sobre esse desastre, persuadiu o monarca espanhol a proibir a escravização dos indígenas na década de 1540. Para seu posterior arrependimento, Las Casas sugeriu que os robustos africanos poderiam servir como substitutos. Frente à escassez de mão de obra, e a fim de maximizar a receita colonial, as autoridades espanholas concederam licenças aos mercadores portugueses para transportar cativos africanos ao Novo Mundo, onde poderiam vendê-los aos colonos. Estes pagavam uma boa soma de dinheiro para adquirir os criados e trabalhadores de que muito necessitavam. Por quase um século os escravos foram uma força de trabalho auxiliar na

América espanhola, trabalhando em casas, jardins ou oficinas, ou ainda como artesãos, na construção de cidades e fortificações. A grande massa da força de trabalho nas minas continuou sendo indígena, das quais uma parte constituía trabalho tributário e temporário de comunidades indígenas, e, outra, trabalhadores assalariados, os *yanaconas*, antigos escravos dos incas que haviam sido libertados pelos espanhóis. Essa fase inicial da escravidão nas Américas foi moldada por padrões mediterrâneos de servidão, que davam aos primeiros escravos africanos ou aos seus descendentes certa autonomia no trabalho, bem como a oportunidade de comprar a liberdade se trabalhassem arduamente por muitas décadas, ganhando seu dinheiro como mascates ou artesãos. António Dominguez Ortiz assinala que os escravos encontrados na Espanha no fim do período medieval podiam ser brancos ou negros e eram, eles próprios, “bens suntuários” – sinais de riqueza ou artigos de luxo.¹¹ Isso revela também um pouco sobre o status dos escravos na América espanhola. Esse status não impedia que os escravos fossem muito úteis e, quando arrendados ou quando se lhes permitia ter uma ocupação, também lucrativos.

Em 1650, pessoas nascidas na África ou de ascendência africana representavam a metade da população de Havana, Vera Cruz, Cidade do México e de Lima, na América espanhola, e as proporções eram parecidas ou maiores em Salvador ou Recife, no Brasil. A metade dessas pessoas de cor era formalmente livre. Elas poderiam dever alguma deferência a seu antigo proprietário, mas dominavam vários ofícios e tinham irmandades religiosas próprias. Em 1653, os portugueses derrotaram a tentativa holandesa de conquistar o Brasil que já durava trinta anos, com a organização de uma força militar negra, os Henriques, um exemplo que as autoridades espanholas mais tarde seguiriam. O regime racial nessas colônias ibéricas envolvia uma complicada hierarquia social racial, com funcionamento diferente daquele do regime altamente polarizado e permanente de escravização racial em massa que se desenvolveu nas colônias inglesas após o surgimento das *plantations*. O padrão ibérico mais complexo e flexível de “escravidão barroca” deixou, no início do período colonial, resíduos e ecos nas cidades onde havia pros-

perado, como Havana, Salvador e Nova Orleans, que persistiram muito tempo depois da revolução das *plantations*.

A globalização adquiriu maior profundidade e alcance a partir da metade do século XVII, impulsionada pelo avanço das relações sociais capitalistas nas zonas rurais e nas cidades do noroeste da Europa. Essa evolução pôs dinheiro nos bolsos de camadas mais amplas da população. Os arrendatários rurais ingleses precisavam produzir trigo, lã e outras *commodities* para a venda a fim de poder pagar o aluguel aos seus senhorios. A renda proveniente das suas vendas também lhes permitia contratar trabalhadores remunerados para aumentar a produção. Como empregadores, tinham incentivo para comprar equipamentos que poupassem mão de obra. A renda das vendas também lhes permitia pagar honorários de advogados e impostos do governo. A economia pecuniária abrangia necessidades e luxos e permitia que pessoas comuns comprassem tabaco para seu cachimbo ou açúcar para fazer conservas, bolos e bebidas adoçadas. Comerciantes e fabricantes encontraram mercados mais amplos e tentaram controlar a oferta desses produtos exóticos. Eles descobriram que as *plantations* do Novo Mundo poderiam lhes fornecer quantidades crescentes dos artigos pelos quais seus clientes ansiavam: fumo, açúcar, café e chocolate. Os povos indígenas haviam ajudado os colonizadores a descobrir, adaptar e consumir alguns desses artigos, mas evitavam as *plantations* e foram considerados escravos incompetentes. Os comerciantes ingleses e franceses empregaram trabalhadores forçados europeus, que se comprometiam a trabalhar nas *plantations* por três ou quatro anos em troca da passagem para as colônias e da promessa de terra quando o tempo de trabalho chegasse ao fim. Entretanto, doenças desconhecidas e a falta de habilidade para sobreviver nos trópicos tiraram a vida de muitos desses jovens europeus. O número de pessoas dispostas a se vender à servidão nas *plantations* diminuiu e os plantadores recorreram a uma fonte de trabalho mais cara, mas também mais eficaz. Havia tempo que os portugueses compravam cativos na costa africana para trabalhar nos canaviais do Brasil e das ilhas atlânticas. Por volta de 1650, holandeses, ingleses e franceses já faziam o mesmo no Caribe,

porém em escala maior. Quando ficou claro que os africanos eram resistentes e independentes, e que poderiam ser coagidos a trabalhar em turmas nas *plantations*, os comerciantes holandeses, ingleses e franceses quebraram o monopólio português e transportaram dezenas de milhares de escravos africanos anualmente para o Caribe e para a América do Norte.

O navio negreiro e a *plantation* se tornaram veículos de um grande confinamento, arrastando milhões de pessoas da África para trabalhar nas *plantations* americanas a fim de produzir drogas exóticas e guloseimas que seriam vendidas aos novos consumidores europeus. Enquanto o número de trabalhadores europeus contratados ou de índios cativos caía a proporções insignificantes, a mão de obra das *plantations* ficava cada vez mais escura.

No início do século XVIII, as *plantations* do Brasil, de Barbados, da Jamaica, da Martinica, da Virgínia e de São Domingos se apoiaram em centenas de milhares de cativos comprados na costa da África. Por volta de 1714, havia trezentos mil desses escravos e seus descendentes labutando nas novas *plantations*. Com o aumento da demanda pelo trabalho coercitivo, o código de cores da escravização tornou-se mais persistente e permanente do que nunca. Em 1770, a população negra escrava das Américas chegava a 2,3 milhões de pessoas. Um pequeno número de trabalhadores livres e muito bem remunerados estava empregado nas maiores *plantations* como capatazes, contadores ou médicos, mas os senhores de escravos produziam uma safra valiosa e desejavam a qualquer custo evitar uma mão de obra que ameaçasse não trabalhar mais em algum ponto crítico da colheita.

Os novos padrões de consumo exigiam muitos milhares de navios, não apenas aquele punhado que fazia as rotas de comércio orientais. A demanda em massa foi acompanhada pela produção em massa e por regimes permanentes de escravidão racial. O comércio atlântico se tornou cada vez mais intenso, transportando da África, a cada ano, centenas de milhares de cativos ou mais e competindo com as produções de outros continentes, ou complementando-as.

Da invenção do café da manhã à importância da roupa íntima

O consumo das novas *commodities* exóticas era algo pessoal e onipresente, e acabou levando aqueles que fumavam ou mascavam tabaco, ou bebiam chá ou café adoçado, a uma nova subcultura e a uma dependência do mercado. Jan de Vries citou a “invenção do café da manhã”, com seu café ou chá adoçado e suas relações com uma nova economia de controle do tempo, como um novo “pacote” que reorganizou o consumo doméstico e deu aos comerciantes europeus certa vantagem competitiva. Christopher Bayly retoma o conceito e o relaciona com o comércio internacional:

Alguns dos principais produtos de consumo nas revoluções industriais da Europa e das Américas eram tropicais: fumo, café, açúcar e chá. O corolário disto é que os europeus e seus colonos foram os maiores beneficiários das novas redes [globais]. Comerciantes chineses, árabes e africanos certamente prosperaram mas decididamente o maior “valor agregado” foi arrebatado pelos europeus.¹²

Ao registrar essa interconexão, é preciso tomar cuidado para não confundir a “industriosidade” das famílias europeias com a dura labuta das *plantations*, como Bayly às vezes faz. Ambas estavam vinculadas embora de forma alguma fossem idênticas, como Bayly supõe quando escreve: “O sistema escravista do Caribe representava a definitiva e forçada revolução industrial.”¹³ A influência global desfrutada pelos comerciantes europeus refletia tanto a sua supremacia marítima quanto o seu acesso aos produtos das *plantations*. O trabalho forçado das *plantations* escravistas das Américas gerou uma enxurrada de produtos que de fato complementavam a economia de tempo da revolução industrial, mas dela diferiam em aspectos cruciais. A novidade de tal revolução, e também a do trabalho remunerado e assalariado, em termos gerais, foi seu caráter voluntário e obstinado. A família de trabalhadores assalariados tinha perspectivas e um elemento de flexibilidade negados aos escravos. A disposição desses trabalhadores para aceitar jornadas de trabalho mais longas e intensas refletia a compulsão maçante da necessidade

econômica, porém agora havia pacotes de fumo ou de açúcar – a centavos – para iluminar os poucos momentos de recreação. Karl Marx insistia que o lar da classe trabalhadora se diferenciava do casebre dos escravos pelo acesso que possuía a uma variada gama de produtos sociais, notadamente jornais, um item cultural de grande importância política.¹⁴

Era a coerção física, e não econômica, que mantinha o escravo das *plantations* no trabalho. Essa afirmação identifica o elemento crítico das relações sociais da escravidão e não exclui um relato mais complexo das motivações cotidianas e de práticas e suposições herdadas. Os cativos africanos que foram originalmente comprados pelos plantadores do Novo Mundo eram, em sua grande maioria, jovens adultos com experiência nas tarefas agrícolas e no trabalho em equipe. Como cativos, sabiam que o serviço árduo era seu provável quinhão. Contudo, nada disso significa que eles aceitavam a escravidão, principalmente a escravidão permanente e inflexível, e o trabalho incessante que os aguardava nas *plantations* americanas. Senhores e feitores tinham bastante ciência de que, deixados a si mesmos, os escravos não se esforçariam para o benefício de seus donos, mas iriam cultivar alimentos em suas hortas, ou mesmo furtar uma pequena quantidade da colheita comercial, que poderiam vender ou trocar com vendedores ambulantes ou nos mercados locais. Qualquer lapso na vigilância estimularia os escravos a negligenciar a produção básica, a “servirem-se” de produtos ou a escapar. Os escravos, obviamente, não eram os beneficiários das redes globais. De fato, seu distanciamento e sua invisibilidade eram algumas das razões por que o seu destino miserável podia ser ignorado ou minimizado. A resistência do escravo à arrematamento e ao trabalho árduo só poderia ser vencida pelo chicote, pela palmatória e pelo tronco, e por toda uma organização carcerária da sociedade das *plantations* para apoiá-la. Punições e vigilância eram necessárias para assegurar e fazer cumprir o trabalho em proveito da *plantation* e de seu dono. Nesse contexto, pequenos privilégios, concessões e incentivos também podiam ser oferecidos (ou retirados).

A psicologia e o contexto do trabalho forçado e das famílias de escravos eram a antítese da revolução industrial de Jan de Vries.¹⁵ Era comum que os escravos marchassem até os campos por volta das quatro

ou cinco horas da madrugada, sem o benefício de um “café da manhã”, e só fizessem sua primeira refeição um pouco antes do meio-dia. Os cativos demonstravam muita criatividade e empenho para complementar a dieta limitada e monótona fornecida pelos donos, porém as famílias escravas não tinham qualquer coisa semelhante à flexibilidade ou ao envolvimento no mercado das famílias industriosas e livres da Europa e da América do Norte quando se tratava de alocar o tempo total de trabalho ou de escolher uma cesta de produtos de consumo. Os lares escravos contavam com poucos utensílios de cozinha e não dispunham de máquinas de costura. Durante a primeira escravidão em São Domingos e na Jamaica houve uma grande participação de escravos nos mercados dominicais, mas os dados sugerem que havia poucos mercados e que vendedores ambulantes desempenhavam apenas um modesto papel.

Minhas observações dirigem-se à ideia de que a revolução industrial e a escravidão da *plantation* eram fenômenos sociais afins, mas essa afirmação não nega os vínculos frequentemente fortes entre ambas, já que a demanda pelos próprios produtos das *plantations* fazia com que mais produtores rurais e trabalhadores assalariados tivessem um envolvimento maior nas atividades relacionadas ao mercado – o café adoçado e produtos similares eram componentes centrais do pacote que transformou os desejos dos consumidores. O próprio Jan de Vries destaca o estímulo fornecido por esse setor.¹⁶ A esse respeito, ele menciona o trabalho pioneiro de Sidney Mintz, citando o seu clássico estudo *Sweetness and Power* e comentando-o no seguinte trecho: “A primeira xícara de chá quente adoçado bebida por um trabalhador inglês foi um evento histórico significativo, pois prefigurou a transformação de toda uma sociedade, a reconstrução total de suas bases econômicas e sociais.” Mintz pede ao leitor que acredite que todas as coisas posteriores a esse ato (a mudança enorme no comportamento do consumidor, o consumismo, as economias baseadas nas *plantations* escravistas, o colonialismo, o capitalismo) realmente foram consequências de um gosto inato fatal... A abordagem sobre os gostos do consumidor que apresentei procura contextualizar e tornar assim endógeno o processo da formação do capital do consumidor – tratar as inovações de consumo como pro-

venientes da experiência e do conhecimento acumulados, em vez de aparecerem como um evento determinado de forma exógena. No entanto, Mintz está certo em chamar a atenção para as ramificações de longo alcance dos agrupamentos de consumidores.¹⁷

Embora partilhe deste último sentimento, creio que o resumo anterior da análise de Mintz precise ser qualificado. Não só o gosto pelo chá (ou café) adoçado deve ser contextualizado, mas também a sequência dele proveniente deve ser matizada. O chá não precisou ser produzido pelo trabalho escravo ou colonial, e durante um período considerável foi produzido em condições muito diferentes da escravidão colonial do Novo Mundo. Além disso, eu diria que as *plantations* escravistas eram mais a consequência do que a causa do capitalismo. A formulação mais imprecisa de Mintz é preferível ao resumo nítido de consequências descrito por De Vries.

Consideremos outros vínculos e “pacotes” para consumidores. Estes eram mais amplos do que Bayly admite. Embora o café da manhã mostre bem a compensação oferecida pela revolução industriosa a alguns trabalhadores livres, o avanço fundamental da Revolução Industrial em curso surgiu com os tecidos de algodão, frequentemente tingidos com anil. O algodão teve seu papel na fase inicial, pré-industrial, porém se tornou de importância fundamental com a introdução dos teares mecânicos e dos métodos industriais associados, que utilizavam água ou energia a vapor. Essa inovação surgiu na década de 1760, mas foram necessárias várias décadas para aperfeiçoá-la. Era mais fácil adaptar o fio de algodão ao processo industrial do que a lã ou o linho, e as roupas de algodão também eram mais fáceis de lavar. As traças adoram a seda, porém evitam o algodão. Com seu frescor, sua leveza e sua suavidade, o algodão é mais agradável à pele do que a lã ou o linho. O algodão era o “favorito da moda”, como nota De Vries. A invenção dos jeans e das roupas íntimas de algodão foi tão importante quanto a invenção do café da manhã. (Aos escravos eram fornecidos tecidos rudimentares e outras “roupas de negros”, mas não roupas íntimas, como observa Walter Johnson, aumentando assim a vulnerabilidade sexual de mulheres e crianças escravizadas.)¹⁸

O algodão encontrou novos mercados em todo o mundo, tanto nas colônias quanto nas metrópoles, na África e na Ásia, e também na Europa. Os Estados Unidos, o Brasil e Cuba eram mercados importantes para o algodão inglês. Embora outros gêneros produzidos por escravos tivessem alguma importância, o triunfo definitivo das *plantations* escravistas foi a avalanche de algodão cru produzida, enterrando todos os rivais – e todos os escrúpulos. Aqui temos a evidência mais clara de uma segunda escravidão e de sua promoção pelo capitalismo industrial. Os próprios trabalhadores assalariados também constituíam um mercado – mais ainda depois de persuadirem seus empregadores a pagar-lhes em dinheiro, e não em vales. Outros detalhes a respeito desse vínculo serão apresentados posteriormente, mas considere-se que em 1802 os Estados Unidos produziram 55 milhões de libras de algodão; em 1820, 160 milhões de libras; em 1830, 331 milhões de libras; em 1840, 814 milhões de libras; em 1850, 1,001 bilhão de libras; em 1860, 2,241 bilhões de libras.¹⁹ Aproximadamente três quartos desse algodão foram exportados para a Grã-Bretanha.

Kenneth Pomeranz estima que a terra necessária para obter todos os produtos escravistas exportados pelos Estados Unidos para a Grã-Bretanha em 1830 se estenderia por entre 10 e 12 milhões de hectares, uma área maior do que a de toda a terra arável e de pastagem da Grã-Bretanha.²⁰ A América do Norte não era mais uma colônia da Grã-Bretanha, contudo os comerciantes e fabricantes britânicos ainda dispunham de seu mais valioso produto comercial, representando dois terços da receita de exportação americana.

Os sistemas escravistas também faziam aumentar a demanda por artigos de metal, estabelecendo assim um elo com outra dimensão da industrialização. As *plantations* escravistas e seu suprimento pelo comércio atlântico de escravos criaram uma forte demanda por todos os tipos de manufatura de metal, desde barras de ferro a armas de fogo para a compra de escravos na África, os grilhões para uso durante o tráfico transatlântico, e também as enxadas e facões para uso dos escravos nas Américas. A galopante demanda por metal era como uma corrente de ar que avivava as chamas da industrialização.

O regime de trabalho da *plantation*, mantido a todo o vapor por meio do chicote e do tronco, era uma espécie de semimecanização: empregava a energia a vapor no processamento, mas contava apenas com a força humana durante o cultivo. A *plantation* e a feitoria, bem como o navio mercante e a cidade portuária, estabeleciam novos pontos de referência para a liberdade e para a servidão. O tecido de algodão, produto do trabalho escravo nas Américas e do trabalho infantil nas minas e fábricas do noroeste da Europa, era transformado em camisas, blusas e calças brancas que representavam o sentido de dignidade, liberdade e independência do consumidor.

Assim, a labuta dos escravos e uma incipiente rede global de trocas forneciam os artigos principais de um estilo de vida que definiu o consumo civilizado. As *coffee houses*, os chás, os jornais e os anúncios proviam os confortos e as seduções de um estilo de vida que tornava os consumidores cada vez mais dependentes de climas distantes. Enquanto o preto e a prata dominavam o barroco, esse novo mundo de consumo era intensamente branco, o branco do açúcar refinado ou dos tecidos de algodão, do estuque caiado e da vela das embarcações alvejada pelo sol. Apesar disso, o mundo escondido e distante da produção dependia do trabalho em turmas de escravos negros, de celas escuras e sem ar, de minas de carvão abarrotadas e “escuros moinhos satânicos” (o poema “América”, de William Blake, mostra que ele também tinha ciência dos satânicos moinhos do Novo Mundo).

Os resultados nefastos e opressivos da aceleração da globalização foram entremeados com consequências potencialmente mais benignas, pois os novos intercâmbios difundiam plantas (batata, milho, banana, arroz, amendoim) e animais domesticados (cavalos, ovelhas e gado) de uma parte do mundo a outra. Onde encontrassem solo e condições adequados – tanto sociais como naturais – esses novos produtos diminuía a labuta necessária para a reprodução da vida humana. Dependendo das relações sociais dominantes, isso poderia aumentar a autonomia dos pequenos proprietários ou intensificar o latifúndio. Como veremos, os senhores de escravos buscaram incessantemente novas variedades de produtos e espécies. Os escravos africanos também levavam

consigo o conhecimento sobre cultivo (de arroz e outras colheitas de subsistência). As relações sociais do escravismo permitiam ao proprietário se beneficiar da criatividade e do esforço do escravo, que lutava pela sobrevivência, e de suas habilidades agrícolas.

A globalização semeia conflito e resistência

Em 1770, o abade Raynal publicava a primeira edição de seu best-seller *L'Histoire des Deux Indes*. Suas palavras iniciais eram:

Nada na história da humanidade em geral, ou da Europa em particular, foi tão significativo quanto a descoberta do Novo Mundo e da rota para a Índia pelo Cabo da Boa Esperança. Esses eventos marcaram o início de uma revolução no comércio e no poder das nações, e no modo de vida, na indústria e no governo de todos os povos. Foi desse momento em diante que os habitantes das terras mais longínquas foram aproximados por novas relações e novas necessidades.

Essa perspicaz introdução assinala a “revolução no comércio” e a vincula a um novo “modo de vida”, “novas relações e novas necessidades”. Os antigos modos de vida, antes a salvo de comparações, deveriam ser abandonados. A escravidão nas Américas era parte do velho ou do novo mundo?

A *Histoire des Deux Indes* era completamente contraditória ao tratar da escravidão colonial. O rei da Espanha foi instado a adotar as *plantations* escravistas em suas possessões, recebendo para isso sugestões de como proceder e de como melhor administrar a mão de obra escrava. As autoridades espanholas e portuguesas foram convidadas a aprender com a regulamentação da escravidão das colônias francesas, supostamente mais humana (um tropo comum da criação imperial de mitos era a alegação, por parte de cada potência, de que sua própria prática escravista era bem-regulamentada, benigna e exemplar para as demais). Por outro lado, esse livro, trabalho de várias mãos, continha também

uma memorável denúncia do escravismo, com a advertência de que tal prática violenta e odiosa semeava a discórdia entre os poderes, enquanto os estadistas tardiamente compreendiam que as *plantations* de açúcar ou algodão haviam se tornado mais valiosas que as minas de prata. Os leitores eram advertidos de que a dependência de um regime escravista brutal cobraria seu preço – não estava distante o tempo em que um novo Spartacus surgiria na liderança de uma insurreição servil e vingaria as injustiças cometidas contra os filhos e filhas da África.

Costuma-se acreditar que essa passagem tenha sido escrita por Denis Diderot, com a possível ajuda de Jean de Pechmeja. O Iluminismo apresentava um histórico confuso em relação ao tratamento da escravidão colonial, porém Diderot representava sua vertente mais radical, tendo reconhecido o livre-arbítrio universal. Raynal estava preparado para tolerar os floreios antiescravistas de Diderot num contexto em que estes enfraqueciam a pretensão britânica de ser a principal potência do Atlântico. Raynal aceitou uma pensão secreta do ministério colonial francês e apoiou uma reforma das instituições dos Bourbon, que possibilitaria uma vitória sobre os ingleses. Isso ajuda a explicar a veia profética do livro, que parece antecipar a Revolução Americana, a disposição do rei da França em apoiar os rebeldes, a eclosão da revolução haitiana e as tentativas imperiais de reivindicar o capital moral do antiescravismo.

A “revolução no comércio” ainda vivia seus primeiros dias quando a *Histoire des Deux Indes* foi publicada. Os grandes sistemas de monopólio colonial ainda existiam, mas o contrabando generalizado e os projetos rivais de reforma já vinham afrouxando as restrições. Os produtos das *plantations* aumentaram a riqueza e as aspirações dos plantadores e os fizeram comprar mais provisões de fazendeiros e de comerciantes locais, ou ao menos de americanos. Doses adicionais de livre-comércio abriam brechas onde quer que mais competição fosse permitida, e a facção mercantil mais dinâmica prosperava sempre que as tarifas fossem reduzidas, e os privilégios mercantilistas, removidos.

Os rebeldes americanos desafiaram a reivindicação britânica de tributar e regulamentar suas colônias. Comerciantes, plantadores e fazendeiros americanos queriam negociar com quem desejassem e administrar

os próprios negócios, demandas incompatíveis com a autoridade imperial. As autoridades da Coroa francesa estavam tão desesperadas para se vingar dos britânicos que se dispunham a ignorar esse perigo e juntar forças com os rebeldes americanos. As condições do tempo de guerra incentivavam ainda mais o contrabando, enquanto as autoridades espanholas e portuguesas acreditavam que precisavam modernizar e afrouxar as restrições comerciais.

Dessa forma, o livre-comércio favorecia as transações com a zona das *plantations* e impulsionava a escravidão, assim como os intercâmbios com as *plantations* certamente favoreciam a migração e a reprodução do capital, de maneira que auxiliaram a industrialização. Contudo, o livre-comércio também era parte de uma luta anticolonial, uma luta contra a tirania e o privilégio colonial. O boom das *plantations* do século XVIII havia estimulado um “proletariado picaresco” de artesãos, empregados assalariados, trabalhadores gráficos, pequenos agricultores, marinheiros, estivadores, migrantes e aventureiros. Essas camadas sociais engrossavam as fileiras de patriotas e dos *liberty boys*, exigindo a liberdade política e a igualdade social, o fim da censura, o sufrágio masculino e o acesso aos meios de subsistência.

O nascimento tardio do abolicionismo

A escravidão colonial começou a florescer num momento em que a escravidão era uma instituição praticamente incontestada nos centros civilizados do poder. De forma diferente, a segunda escravidão era definida pelo fato de ter sobrevivido à grande onda antiescravista – as revoltas escravas e o abolicionismo – que se dirigiu ao tráfico de escravos e destruiu ou suprimiu a escravidão nas colônias francesas e britânicas. As terras da segunda escravidão foram profundamente marcadas pelo destino do qual as demais haviam escapado.

A ideia de abolição ou de liberdade incondicional era nova. A escravidão tinha perdido a força e até mesmo acabado em várias partes da Europa do fim da era medieval, mas sem qualquer legislação geral que

a suprimisse, e sem qualquer filósofo ou teólogo que a condenasse. Sua prática havia provocado resistência em todos os estágios, porém não em nome da abolição incondicional. Revoltas de escravos, desafios cotidianos ao escravismo e guerras de resistência por parte dos povos indígenas haviam ocorrido desde os primeiros dias da colonização. No século XVII, não foram os famosos filósofos do Iluminismo, nem os pregadores do “Grande Despertar” que mostraram o caminho, mas sim grupos anônimos de colonizadores comuns, como os responsáveis pela resolução de Germantown de 1688, ou a petição da Geórgia de 1739. Da mesma forma, os primeiros passos para a rejeição da escravidão foram dados pelas *freedom suites* (petições de liberdade), ações judiciais realizadas para alegar que determinadas vítimas foram mantidas em escravidão indevidamente. Tanto nos tribunais franceses quanto nos ingleses, essas “petições de liberdade” podiam simplesmente contestar os detalhes de uma transação, e isso não desafiaria a legitimidade da escravidão em si. Porém, em uma série de ocasiões – como a famosa decisão de Lord Mansfield, de 1772, que libertou Somerset –, o caso foi discutido em termos mais fundamentais, a saber, que Somerset era livre, uma vez que não havia qualquer apoio declarado à escravidão na lei britânica. Essas *freedom suites*, tanto na França quanto na Grã-Bretanha, só poderiam ser sustentadas por grupos persistentes e corajosos de amigos, apoiadores e de suas relações, e naturalmente refletiram as grandes contendas da época, de alguma forma. A decisão de Mansfield em si pode ser vista como uma advertência da metrópole aos turbulentos norte-americanos. Qualquer que fosse o motivo, esse era apenas um dos muitos julgamentos do tipo, que fechavam determinadas jurisdições ao escravismo, demarcando gradualmente territórios livres e escravos.

Essas fontes díspares de oposição foram sucedidas por uma crítica pública e fundamental que visava à abolição radical e incondicional, datando da década de 1760. Os pioneiros quakers Benjamin Lay e Anthony Benezet deram um passo crucial nesse momento, passando da crítica privada para a agitação pública, e venceram amplamente a discussão dentro da Society of Friends. Numa época de patriotismo e hostilidades crescentes, os quakers encontraram uma causa que refor-

çava e justificava seu pacifismo. A Guerra dos Sete Anos foi uma orgia de fortalecimento e conquista tremendamente destrutiva e cara, e viria a provocar uma crise imperial entre todos os protagonistas. Enquanto os ingleses tinham que lidar com o sucesso em demasia, as outras potências lambiam suas feridas e planejavam recuperação e vingança.

Os reis da França e da Espanha temiam que seus colonos estivessem se aliando aos contrabandistas ingleses, negligenciando os interesses nacionais e agindo com indiferença em relação às ordens da Coroa. Os senhores de escravos de São Domingos, por exemplo, compravam de bom grado suprimentos dos colonos ingleses e vendiam-lhes melado e outros produtos das *plantations* em troca. Por sua vez, as autoridades espanholas ficaram chocadas com as boas-vindas oferecidas quando os invasores ingleses tomaram Havana, em 1762. Reformistas imperiais desejavam reorganizar as restrições ao comércio, retirando os monopólios desfrutados por Sevilha e Bordeaux, mas mantendo a preferência por transportadores nacionais. E, como contrapeso aos *criollos* brancos, as autoridades francesas promoveram a criação de uma milícia de cor, medida que provocou protestos por parte dos colonos brancos nas ilhas francesas, especialmente em São Domingos. (As autoridades coloniais espanholas e portuguesas já haviam demonstrado, como se mencionou anteriormente, que uma milícia de cor poderia ser um acessório de apoio leal em tempos difíceis.)

O primeiro ataque meticuloso e radical à escravidão por parte de um jurista ou filósofo estava em um capítulo de *A System of the Principles of the Law of Scotland*, de George Wallace (1760). Essa dura acusação, com seu apelo à emancipação imediata, apareceu como excerto numa compilação sobre os males da escravidão e do tráfico de escravos, publicada por Anthony Benezet em 1762, com muitas tiragens posteriores. O apelo de Wallace à liberação imediata de todos os escravos também repercutiu profundamente num verbete sobre escravidão e tráfico de escravos na *Encyclopédie* francesa (1765). Antes da aparição do capítulo de Wallace, a única crítica secular e filosófica à escravidão racial tinha sido uma passagem satírica no *Esprit des Lois* de Montesquieu (1748). Embora se deva dar crédito a este último por ter

ridicularizado defesas racistas da escravidão, isso não constituiu de forma alguma uma rejeição sistemática à propriedade de escravos. O aumento do comércio no Atlântico estimulou a autoconfiança dos que estavam associados à sua prática e criou uma vibrante sociedade civil. A Guerra dos Sete Anos levou ao fim do domínio francês na América do Norte, acabando com um poderoso obstáculo aos colonos ingleses. Os americanos, como eles agora se chamavam, já não dependiam tanto da Grã-Bretanha nem estavam dispostos a se submeter às demandas e regulamentações da metrópole. As subseqüentes controvérsias sobre direitos coloniais e prerrogativas da metrópole envolveram uma extraordinária enxurrada de milhares de folhetos, revistas, pasquins e jornais dedicados a temas seculares como tributação, propriedade, representação e o escopo apropriado da liberdade. Apenas um ínfimo número desses escritos mencionou os acertos e erros da escravidão, embora os rebeldes americanos lamentassem com frequência a sua suposta escravização ao país natal. No entanto, havia algo de estranho na escravidão e isso se tornou fonte de controvérsia. Nesse momento, as primeiras linhas da Declaração da Independência se prestaram a objeções à propriedade de escravos.

No início da luta, um dos comandantes britânicos, Lord Dunmore, governador da Virgínia, ofereceu liberdade aos escravos dispostos a desertar proprietários rebeldes e se juntar às forças britânicas. Houve um número suficiente de respostas para que Dunmore formasse um “regimento etíope”. No desenrolar do conflito muitos comandantes britânicos acolheram escravos que desertavam proprietários rebeldes, empregando-lhes como serviçais ou trabalhadores de apoio. Alguns milhares de negros livres e antigos escravos lutaram nas fileiras rebeldes, às vezes servindo como substitutos de seus donos. Contudo, os proprietários de escravos da zona das *plantations* não permitiam o ingresso de soldados negros nas unidades militares do Sul. Num momento crítico da rebelião, Jack Laurence, filho do financista Henry Laurence, pediu a criação de um batalhão negro, porém a assembleia da Carolina do Sul vetou o projeto. Os rebeldes americanos adotaram uma proibição à importação de escravos em seu boicote comercial geral.

Ambos os lados, com sua participação maciça nas *plantations*, evitaram posturas antiescravistas. Mas as tensões da guerra provocaram uma resposta abolicionista em alguns setores. O período prévio à Guerra de Independência fora testemunha da luta de classes entre os comerciantes e proprietários mais ricos, de um lado, e da massa de cidadãos pobres e remediados, de outro. Esses enfrentamentos geraram a diminuição do respeito pela propriedade de tal forma que se tornou mais fácil tolerar a emancipação. Em 1777, os radicais chamados Green Mountain Men deixaram Nova York e fundaram o novo estado de Vermont, adotando uma constituição que proibia tanto a escravidão quanto o trabalho forçado. Na Filadélfia, os radicais, com seus ataques à ganância dos comerciantes “prevenidos”, tiveram influência nas milícias e na assembleia. Enquanto os cidadãos mais pobres passavam fome, comerciantes mantinham seus depósitos fechados e esperavam que os preços subissem ainda mais. Em alguns casos, acreditava-se que os comerciantes tivessem vendido grãos aos franceses e até mesmo aos ingleses. Gary Nash descreve como a criação de um Comitê de Comércio para regular preços e vendas gerou uma situação em que “os defensores de uma economia de mercado irrestrita e os partidários de uma economia moral gestionada gritavam uns com os outros sobre um abismo cada vez maior”.²¹

Em 1780, a Assembleia da Pensilvânia aprovou uma lei moderada de emancipação, que libertava os filhos nascidos de mães escravas assim que atingissem os 28 anos de idade. A Pensilvânia era um estado em guerra, abatido por contendas sociais, escassez e inflação. O preâmbulo à lei de emancipação assinalava que restavam poucos escravos no estado (muitos haviam partido com os britânicos), dos quais nenhum fora libertado pela lei. Essa medida moderada foi alcançada depois de um debate público e com grandes concessões aos proprietários de escravos (o aumento da idade da alforria, por exemplo). Os libertos teriam os mesmos direitos que qualquer outra pessoa. A assembleia que aprovou essa lei estava entre as mais radicais da história da Pensilvânia, porém talvez o seu apoio à medida do ventre livre devesse ser visto como oferecimento de uma nova base para colaboração entre ricos e pobres,

patriotas e pacifistas. Trata-se de uma medida que despertaria orgulho em qualquer rebelde norte-americano e podia ser citada como prova de que o livre-comércio não era sinônimo da difusão da escravidão. Sua adoção promoveu a ideia enganosa de que a escravidão já estava de saída na América do Norte.

Enquanto outros estados do Norte finalmente adotavam medidas para acabar com a escravidão, as assembleias dos estados sulistas, com suas enormes populações de escravos, nem mesmo consideravam as leis do ventre livre. Na sequência imediata da Revolução, manumissões particulares foram (por algum tempo) facilitadas na Virgínia e a proibição ao tráfico de escravos foi mantida por todos os estados, com exceção da Carolina do Sul. Os líderes da nova república podiam se sentir envergonhados pela presença de meio milhão de pessoas ainda em escravidão, mas mesmo assim as consideravam bens e recursos da maior importância.

O abolicionismo surgiu como um movimento de massa na metrópole derrotada, não entre os vitoriosos ex-colonos. A derrota britânica na América do Norte causou uma crise de legitimidade profunda. Desafiou a ordem hanoveriana, com as suas instituições corruptas e não representativas de governo, suas novas e resolutas classes médias e os artesãos. Afinal, os rebeldes lutavam pelas “liberdades inglesas” e sua vitória expusera a incompetência, a arrogância e a venalidade da oligarquia. O cauteloso movimento de reforma britânico não se sentiu fortalecido o suficiente para encarar a oligarquia de frente, principalmente num momento de orgulho nacional ferido. A campanha pública contra o tráfico de escravos surgida entre 1787 e 1792 deu aos defensores da reforma um problema que dramatizava a necessidade de mudança no coração da monarquia e do império. Figuras importantes nas universidades, na Igreja Anglicana, no Almirantado e por fim no próprio parlamento juntaram-se à causa, com os quakers, instigados por jovens American Friends, desempenhando um papel crucial de organização.²² A Sociedade pela Abolição do Tráfico Atlântico de Escravos atraiu apoio respeitável ao organizar uma campanha nacional de petições e encontros públicos. A nova imprensa provinciana juntou-se à causa, bem como as

denominações protestantes não conformistas, especialmente os meto-
distas. Entre os defensores parlamentares da abolição do tráfico de es-
cravos estariam o primeiro-ministro William Pit e seu amigo William
Wilberforce, dois homens ainda na casa dos vinte anos. A legislação foi
rejeitada na poderosa Câmara dos Lordes, o que só incentivou os abo-
licionistas a aumentar a agitação do lado de fora do parlamento. Que
algo novo estava a caminho já se adivinhava pela fundação de uma
sociedade abolicionista na França, a Amis des Noirs [Amigos dos Ne-
gros], e pela decisão do governo dinamarquês de se antecipar à ação
britânica ao diminuir seu próprio papel no tráfico no Atlântico.

A campanha abolicionista britânica de 1787-1792 limitou-se formal-
mente a pôr fim ao tráfico escravista no Atlântico, porém seus partidá-
rios com frequência alegavam ou deixavam implícito que, sem acesso a
novos suprimentos, os proprietários de escravos das Índias Ocidentais
Britânicas seriam induzidos a melhorar as condições nas *plantations* e
a finalmente pôr fim à escravidão. Os rebeldes norte-americanos adota-
ram proibições ao tráfico de escravos como medida de guerra e de rejei-
ção aos britânicos, mas sem uma análise racional contra a escravidão.
A população escrava da zona de *plantation* da América do Norte já
havia se reproduzido sem a necessidade de novas importações. Os gran-
des senhores da Carolina do Sul ainda desejavam ter acesso a novos
suprimentos e alguns comerciantes do Norte estavam bastante dispostos
a atendê-los. Entretanto, a maioria dos proprietários da Virgínia não
viu prejuízos em uma proibição ao tráfico de escravos e entendeu que
uma reabertura do tráfico privaria a república de autoridade moral, além
de causar sua exposição ao desprezo.

Os triunfos da abolição

A primeira década do século XIX foi testemunha de avanços para a
emancipação e a abolição que jogaram uma sombra sobre todo o desen-
volvimento posterior da segunda escravidão. Já foi referida a histórica
rebelião dos escravos em São Domingos, em agosto de 1791. Essa revol-

ta mobilizou pelo menos 30 mil rebeldes na planície ao Norte, alguns dos quais escaparam em direção às colinas próximas. Também ocorreram insurreições em outras partes da colônia. As divisões entre monarquistas e republicanos, entre aqueles que defendiam a “aristocracia da pele” e os que a atacavam, deram aos rebeldes a sua oportunidade.

Os próprios jacobinos franceses a princípio lutaram para tentar reprimir a rebelião dos escravos, mas, tendo fracassado, foram tardiamente persuadidos a abraçar a causa da liberdade negra. Em fevereiro de 1794, a Convenção Nacional decretou o fim da escravidão nas colônias francesas. O general negro Toussaint Louverture, que lutara pelo rei da Espanha, juntou-se às forças da república francesa. Os jacobinos negros sucessivamente derrotaram as tentativas de restaurar a escravidão em São Domingos por parte da Espanha (1792-1795), da Grã-Bretanha (1794-1798) e da França de Napoleão (1802-1803). Ao fim dessa saga extraordinária, o novo Estado do Haiti foi estabelecido em 1804, com uma constituição que proibia a escravidão e proclamava a nação como refúgio para qualquer escravo ou indígena em busca da liberdade.

O caos real e imaginado das revoltas escravas havia enfraquecido o apoio à abolição na Grã-Bretanha em 1792, porém a derrota de Napoleão no Caribe pelas mãos dos rebeldes negros e a criação do Haiti em 1804 deram novo fôlego aos abolicionistas britânicos. O Haiti foi apresentado como um aliado contra Napoleão, enquanto a eliminação praticamente total dos produtos coloniais franceses facilitou que o parlamento britânico privasse seus próprios plantadores nas Antilhas da possibilidade de comprar novos estoques de escravos. A vitória naval de Trafalgar em 1805 confirmou a supremacia marítima britânica e descartou uma invasão francesa, porém nada fez para reduzir o isolamento britânico na Europa. Num momento difícil, em que Bonaparte aparentemente triunfava e a Grã-Bretanha não tinha aliados na Europa, e em que as relações com os Estados Unidos se deterioravam cada vez mais, o parlamento britânico conseguiu unir a nação ao promulgar, em 1807, a proibição do comércio de escravos no Atlântico, 20 anos após a fundação da Sociedade Abolicionista. Os Estados Unidos adotaram medida semelhante em 1808. No Congresso de Viena, em 1815, as

grandes potências europeias repudiaram solenemente o tráfico transatlântico de escravos. A implementação era outra questão, porém o consenso alcançado pela comunidade internacional era impressionante, ao menos superficialmente.

Estas vitórias importantíssimas para o abolicionismo eram causa de preocupação mesmo para os mais intransigentes comerciantes e proprietários escravistas. Contudo, esses também estavam cientes das enormes oportunidades abertas pelo fim da agricultura de *plantation* em São Domingos, o maior produtor colonial de açúcar, café e algodão em 1790. Os preços dispararam na década seguinte. O desafio para aqueles grandes proprietários mais bem-situados do Novo Mundo era evitar o destino dos escravistas franceses e satisfazer a demanda acumulada por produtos das *plantations* na Europa e na América do Norte. Descobriu-se que o Sul dos Estados Unidos, o Brasil e Cuba eram os mais indicados e os mais capazes de reinventar a escravidão do Novo Mundo numa era essencialmente pós-mercantilista e pós-colonial, e, em suma, de forjar uma segunda escravidão.

Notas

1. O termo foi criado por Dale Tomich num ensaio de 1988 republicado em *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital and World Economy*, Boulder Co., Rowman & Littlefield, 2004, principalmente pp. 56-74. Para um trabalho que emprega o conceito, ver Márcia Berbel, Rafael Marquese, Tâmis Parron, *Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1780-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010; Rafael de Bivar Marquese, *Feitores do corpo, missionários de mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; Enrico del Lago, *American Slavery, Atlantic Slavery and Beyond: the US "Peculiar Institution"*, in: *International Perspective*, Boulder, Paradigm Publishers, 2012; Charles Post, *The American Road to Capitalism*. Chicago: Haymarket Books, 2011.
2. É possível argumentar que a "primeira escravidão" era aquela da Grécia e Roma antigas, para que a "segunda escravidão" fosse a do Novo Mundo. Mas não usarei o termo nesse sentido, pois é útil distinguir as dife-

rentes fases da escravidão no Novo Mundo. Para ligações diretas entre a escravidão romana e a do Novo Mundo, ver Perry Anderson, *Lineages of the Absolutist State*, pp. 24, 422, nota 32.

3. Ver, por exemplo, Laird Bergad, *The Comparative Histories of Slavery in Brazil, Cuba and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
4. Questões mais abrangentes são discutidas por Michael Mann, *in: The Dark Side of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
5. Jeremy Adelman, *Sovereignty in the Iberian Atlantic*. Princeton: Princeton University Press, 2006, pp. 355-8.
6. Ver Harold Woodman, *King Cotton and His Retainers*, Lexington, University of Kentucky Press, 1968; e Walter Johnson, *River of Dark Dreams*. Cambridge Ma: Harvard University Press, 2013.
7. Laird Bergad, *The Comparative Histories of Slavery in Brazil, Cuba and the United States*, pp. 143-51.
8. R. W. Fogel e S. L. Engerman, *Time on the Cross: the Economics of American Slavery*. Nova York: Boston, Brown & Co., 1974, p. 41.
9. O estudo mais abrangente dos elos entre a primeira e a segunda escravidão é de Rafael Marquese, *Feitores do corpo, missionários de mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
10. Eric Hobsbawm, *The Age of Revolution*. Londres: Penguin, 1974.
11. Antonio Dominguez Ortiz, *La Esclavitud en Castilla durante la Edad Moderna*. Granada: 1952.
12. C. A. Bayly, *The Birth of the Modern World, 1780-1914: Global Connections and Comparisons*. Oxford: University Press, 2004, pp. 51-2.
13. Bayly, *The Birth of the Modern World*, p. 6.
14. Ver Karl Marx, “Results of the Immediate Process of Production”, *Capital*, v. 1. Londres, 1975, p. 1.031.
15. Jan de Vries, *The Industrious Revolution, Consumer Behaviour and the Household Economy, 1650-the present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp. 1-40.
16. De Vries, *The Industrious Revolution*, pp. 32, 134-6, 155-9.
17. De Vries, *The Industrious Revolution*, pp. 30-3.
18. Johnson, *The River of Dark Dreams*, pp. 171, 195.
19. Alfred Conrad and John Meyer, ‘The Economics of Slavery in the Ante-bellum South’, *in: Robert Fogel & Stanley Engerman, The Reinterpre-*

- tation of American Economic History*. Nova York: Harper & Row, 1971, pp. 342-61.
20. Kenneth Pomeranz, *The Great Divergence: China, Europe and the Making of the Modern World Economy*. Princeton: Princeton University Press, 2000, p. 276.
 21. Gary Nash, *The Unknown American Revolution*. Londres: 2006, p. 320.
 22. Christopher Brown, *Moral Capital. Foundations of British Abolitionism*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2005.